



CMU 000212-LEG 05/Mar/2021 08:12

INDICAÇÃO nº 39 /2021

Regulamentação de exploração comercial e esportiva do Rio Uruguai.

**Documento 15/21**

Senhoras Vereadoras,  
Senhores Vereadores:

A Bancada **Progressista**, vem respeitosamente, nos termos do artigo 155 do Regimento Interno desta Casa Legislativa **INDICAR** que, após aprovado pelo douto Plenário, seja enviada correspondência ao Exmo. Sr. Prefeito, para que adote medidas no sentido de regulamentar a exploração comercial e esportiva do Rio Uruguai no município de Uruguaiana.

**JUSTIFICATIVA**

Justifica-se a presente indicação em virtude de demandas apresentadas pela iniciativa privada a esta Casa Legislativa, vislumbrando um grande potencial turístico e comercial da região.

Uruguaiana, 26 de fevereiro de 2021.

**Ver. Carlos Delgado**  
Bancada Progressistas.

**Ver. Joalcei Gonçalves**  
Bancada Progressistas

**Ver. Egidio Carvalho**  
Bancada Progressistas

**Ver. José Carlos Barbosa Zaccaro**  
Bancada Progressistas



**PROJETO DE LEI Nº \_\_\_\_/2021**

“Dispõe sobre a regulamentação da exploração comercial e esportiva de atividades náuticas no Município de Uruguaiana.”

Art. 1º - A exploração comercial de atividades náuticas com escunas, táxis-boats, traineiras, barcos de passeio, pedalinhos, caiaques, banana-boats, jet skis, catamarãs, equipamentos de mergulho e similares no Município de Uruguaiana, dependerá do cumprimento das normas estabelecidas nesta Lei.

Art. 2º- Todas as atividades comerciais que alude o artigo anterior, dependerão de prévia autorização a título precário, a ser expedida pelo Chefe do Executivo.

Parágrafo único – A autorização que trata o caput deste artigo somente será concedida por ato privativo do Prefeito.

Art. 3º- As atividades de que trata esta Lei serão exercidas tanto por pessoas físicas quanto por micro e pequenas empresas, desde que regularmente estabelecidas no Município de Uruguaiana, observadas as Leis Municipais, Estaduais, Federais, bem como, as normas da Capitania dos Portos.

§ 1º Para o aluguel de jet ski será obrigatório que o locador, o locatário ou possuidor, apresentem a qualificação mínima de Arrais Amador, conforme NORMAM-03/DPC.

§ 2º As embarcações citadas no caput deste artigo deverão estar regularizadas na Capitania dos Portos.

§ 3º As pessoas físicas e jurídicas previstas no caput deste artigo serão portadoras de somente 1 (uma) autorização para um único tipo de serviço.

Art. 5º- A atividade de táxi-boats será permitida somente em pontos previamente autorizado pelo Poder Executivo, através da Secretaria Municipal competente, ficando estabelecido o número máximo de 1 (um) veículo para cada prestador de serviço, não podendo ter a motorização superior a 40 HPs e barco 7 (sete) metros.

Art. 6º- A exploração comercial de atividades do Município deverá obedecer ao distanciamento em relação à orla, conforme normas da Capitania dos Portos e disposições municipais.

Parágrafo único – Os itinerários, e locais para a exploração das atividades náuticas previstas nesta Lei, respeitadas as peculiaridades de cada uma, serão instituídos por Decreto Municipal.

Art. 7º- Fica possibilitada a exploração comercial de atividades náuticas com pedalinhos, caiaques e congêneres no Município, desde que previamente autorizada pelo Poder Executivo.

§ 1º A exploração das atividades previstas no caput deste artigo fica, impreterivelmente, proibida sem a utilização de equipamentos de salvatagem exigidos pela Capitania dos Portos e disposições municipais.

§ 2º Somente será permitida a exploração comercial de atividades náuticas com caiaques desde que estas embarcações sejam abertas.

§ 3º Será obrigatório o uso de colete salva-vidas pelo locador, locatário ou possuidor dos serviços.





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PODER LEGISLATIVO  
**CÂMARA MUNICIPAL DE URUGUAIANA**  
PALÁCIO BORGES DE MEDEIROS



§ 4º As atividades previstas no caput deste artigo poderão ser exercidas até a distância da linha da base prevista na portaria da Agência da Capitania dos Portos.

§ 5º O autorizado a explorar as atividades comerciais previstas no caput deste artigo deverá instruir o locador, locatário ou possuidor, quanto às normas da Capitania dos Portos.

Art. 8º- O comércio de atividades náuticas com escunas, traineiras, barcos de passeio, banana-boats, catamarãs deverá cumprir as normas da Capitania dos Portos e disposições municipais.

Parágrafo único - As restrições as atividades náuticas previstas no caput deste artigo também se estendem aos seus congêneres, devendo o Poder Executivo Municipal decretar os locais autorizados para este fim.

Art. 9º- O autorizado obriga-se a manter o local que utilizar sinalizado de acordo com as normas da Capitania dos Portos e em perfeito estado de limpeza, fazendo recolher em recipiente adequado papéis e detritos que sejam lançados no chão pelos usuários, sob pena das sanções previstas em Lei.

Art. 10º- O autorizado deverá manter, em todo o tempo da exploração, instalações, barcos, aparelhos e equipamentos, inclusive os indispensáveis a segurança das atividades, em perfeito estado de conservação, dentro das normas da Capitania dos Portos e do Poder Público Municipal.

Art. 11º- A autorização concedida poderá ser revogada, a qualquer tempo, sempre que o interesse público exigir.

Art. 12º- Só estará habilitado ao processo para requerimento de autorização para exercer as atividades náuticas comerciais o interessado que apresentar os seguintes documentos:

I – comprovante de pagamento da Taxa Tributária concernente ao exercício da atividade, previsto no Código Tributário Municipal;

II – no caso do interessado ser pessoa jurídica, este deverá apresentar os seguintes documentos específicos:

- a) cópia do Alvará de Licença para o estabelecimento;
- b) cópia do contrato social;
- c) certidão negativa de débitos tributários;
- d) certidão negativa de débitos trabalhistas;
- e) cópia do CPF e RG dos componentes da pessoa jurídica;

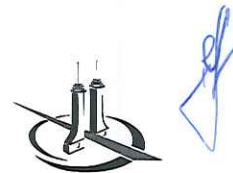
III – no caso do interessado ser pessoa física, este deverá apresentar os seguintes documentos específicos:

- a) cópia do CPF e RG;
  - b) comprovante de residência, através dos últimos 4 (quatro) meses de contas de água, luz ou telefone, ou contrato de locação, registrado em Cartório Notarial a 12 (doze) meses, no mínimo;
- IV – plano de apresentação da atividade, discriminando local, horário e quantidade de equipamentos para a prática comercial.

V – termo de responsabilidade no qual deverão constar os seguintes itens:



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PODER LEGISLATIVO  
**CÂMARA MUNICIPAL DE URUGUAIANA**  
PALÁCIO BORGES DE MEDEIROS



- a) manter em número suficiente e proporcional de operadores, que deverão estar devidamente habilitados para os serviços e equipamentos a serem explorados;
- b) manter equipamentos e meios necessários para o atendimento imediato em casos de acidentes;
- c) aceitar o funcionamento da atividade comercial, limitando-se ao horário das 08h00min até o pôr-do-sol, bem como aceitar as áreas de embarque e desembarque estabelecidas pelo Poder Executivo Municipal, ou pela Capitania dos Portos, que poderão ser alteradas pela autoridade competente por medida de segurança ou quando o interesse público o exigir;

VI – seguro de responsabilidade civil para cobertura de acidentes com usuários ou terceiros, que deverá ser apresentado no prazo máximo de 30 (trinta) dias, após a autorização concedida;

VII – documentos exigidos conforme as normas da Capitania dos Portos.

VIII – as embarcações deverão estar devidamente licenciadas pela Capitania dos Portos.

Art. 13º- São infrações puníveis na forma do disposto nesta Lei:

I – exercer a atividade sem a devida autorização - multa de 200 URM;

II – utilizar instalações fixas para guarda de material ou equipamento, sem o prejuízo da retirada imediata - multa de 300 URM;

III – promover venda em logradouros públicos não autorizados - multa de 350 URM;

IV – não manter, durante o tempo de exploração, as instalações, barcos e equipamentos em perfeito estado de conservação - multa de 50 URM.

§ 1º As infrações supra relacionadas, de acordo com sua gravidade, ou reincidência, poderão implicar na acumulação da multa com a cassação da autorização para o exercício da atividade;

§ 2º Após notificação e constatação da reincidência a Fiscalização Municipal deverá apreender todo o material utilizado no exercício de atividade irregular, independente de imposição de multa;

§ 3º A obrigação para processar e julgar as infrações previstas nesta Lei será do Poder Executivo, através da Secretaria Municipal competente, resguardado o direito de ampla defesa e contraditório do autuado.

Art. 14º- A inobservância do disposto nesta Lei para qual não tenha sido previsto penalidade, sujeitará o infrator a multa de 50 (cinquenta) a 100 (cem) URM, aplicado em dobro no caso de reincidência, independente do disposto no artigo anterior.

Art. 15º- Fica ressalvada a competência da Capitania dos Portos na fiscalização prevista na Lei Federal nº 9.537/1997 (Lei de Segurança do Tráfego Aquaviário – LESTA).

Art. 16º- Aqueles que atualmente exercem as atividades previstas nesta Lei, ficam obrigados a se adequarem ao ora estabelecido, bem como a se recadastrarem, no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias.

Art. 17º- Ficam todos aqueles que exercerem as atividades dispostas nesta Lei, tanto como prestadores como tomadores dos serviços, bem como os banhistas e demais usuários do Município de Uruguaiana, obrigados a cumprir o disposto na NORMAM-03/DPC.





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PODER LEGISLATIVO  
**CÂMARA MUNICIPAL DE URUGUAIANA**  
PALÁCIO BORGES DE MEDEIROS



Parágrafo Único – O descumprimento deste artigo implicará nas penalidades previstas, nesta Lei, sem prejuízo de outras penas previstas em outras normas Municipais, Estaduais e Federais.

Art. 18º- Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

**Gabinete do Prefeito, em 26 de fevereiro de 2021.**

***Ronnie Peterson Colpo Mello,***  
Prefeito Municipal.



### JUSTIFICATIVA

Justifica-se a presente Projeto de Lei buscando regularizar exploração comercial e esportiva de atividades náuticas no Município de Uruguaiana. Nesse sentido, vale destacar que a matéria é fruto de debate entre órgãos da administração pública envolvidos com a matéria, e população interessada na exploração do setor.

A regulamentação da atividade econômica e esportiva pelo Município pretende qualificar e potencializar o crescimento do turismo aquaviário, desenvolvendo mais uma possibilidade de lazer para a população, e mais uma fonte de empregos e receita para Uruguaiana.

O presente projeto de lei, portanto, irá além de regulamentar a exploração comercial, contribuir para disciplinar o uso de espaço, com o propósito de evitar acidentes, harmonizando a convivência entre banhistas, praticantes de esportes náuticos.

***Ronnie Peterson Colpo Mello,***  
Prefeito Municipal.